

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: PATRIMONIALISTA, BUROCRÁTICO E GERENCIAL.

Aluno: Francisco de Assis Moraes de Oliveira¹

Orientador: Prof. Dr. André Barsch Ziegmann

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa dos três modelos de administração pública no Brasil: Patrimonialista, Burocrático e Gerencial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica das características, influências e impactos de cada modelo na gestão pública brasileira. A metodologia inclui a elaboração de um Quadro comparativo que sintetiza as principais características, vantagens e desvantagens de cada modelo, além de discutir suas implicações na administração pública e na relação do Estado com a sociedade. Os resultados mostram que, enquanto o modelo patrimonialista se caracteriza pela concentração de poder nas mãos do governante e práticas clientelistas, o modelo burocrático prioriza a impessoalidade e a eficiência, mas pode se tornar rígido e distante das necessidades do cidadão. Por sua vez, o modelo gerencial busca aproximar o Estado das práticas do setor privado, com foco em resultados, eficiência e atendimento ao público, embora possa negligenciar aspectos sociais em sua busca por resultados. As conclusões indicam que a transição entre os modelos reflete as mudanças sociais, políticas e econômicas do Brasil, sendo necessário um equilíbrio entre eficiência administrativa e atendimento às demandas da sociedade.

Palavras-chave: Administração pública. Modelos de gestão. Patrimonialismo. Burocracia. Gestão gerencial.

INTRODUÇÃO

A administração pública desempenha um papel fundamental na organização e no funcionamento do Estado, sendo responsável pela gestão de recursos e pela prestação de serviços à sociedade. No Brasil, essa administração passou por diferentes transformações ao longo do tempo, refletindo distintas concepções sobre o papel do Estado e sua relação com os cidadãos. Três modelos principais marcaram essa trajetória: o Patrimonialista, o Burocrático e o Gerencial. Cada um desses paradigmas apresenta características próprias, influências distintas e impactos significativos na

¹ Francisco de Assis Moraes de Oliveira, Centro Universitário Internacional UNINTER. Bacharelado em Administração Pública.

eficiência da gestão pública e na qualidade dos serviços oferecidos à população.

Diante desse cenário, este estudo busca analisar conceitual e comparativamente os três principais modelos de administração pública no Brasil, investigando como suas abordagens impactam a eficiência do Estado e sua relação com a sociedade. A pesquisa se concentrará nas características centrais de cada modelo, suas vantagens e desvantagens, e as implicações para a gestão pública brasileira. O problema central que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte forma: como os três principais modelos de administração pública no Brasil — Patrimonialista, Burocrático e Gerencial — influenciam a eficiência e a relação do Estado com a sociedade, considerando suas características fundamentais, vantagens e limitações na gestão pública?

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de compreender as transformações na administração pública e seus impactos na gestão do Estado. O modelo Patrimonialista, caracterizado pela fusão entre o público e o privado, gerou uma estrutura baseada no favorecimento pessoal e na ausência de mecanismos de controle eficientes. A burocracia surge como uma resposta a esse cenário, estabelecendo normas, hierarquias e impessoalidade, trazendo mais previsibilidade e controle, mas também desafios relacionados à rigidez e ao excesso de formalismo. O modelo Gerencial, por sua vez, inspirado na administração privada, propõe maior flexibilidade, eficiência e foco em resultados. Compreender essa evolução é essencial para identificar práticas que possam contribuir para uma administração pública mais moderna, equilibrando controle, eficiência e transparência.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os modelos de administração pública por meio da análise de suas características, influências e implicações, avaliando suas contribuições para a eficiência do Estado e o atendimento às necessidades da sociedade. Para isso, a pesquisa comparará as principais características dos modelos Patrimonialista, Burocrático e Gerencial, analisando suas abordagens sobre a gestão pública e a centralização do poder. Além disso, buscará avaliar os impactos de cada modelo na eficiência da administração pública e na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, considerando a transparência e a interação com os cidadãos. Também será realizada uma análise dos períodos históricos de

evolução e adaptação de cada modelo, identificando os fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram suas transformações.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa será conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, permitindo uma análise aprofundada das concepções e impactos desses modelos na gestão pública brasileira.

Ao esclarecer os conceitos e especificar os termos adotados, este estudo busca contribuir para um debate mais aprofundado sobre a modernização da gestão pública, promovendo reflexões sobre como equilibrar eficiência, transparência e controle na administração do Estado.

1. EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A administração pública no Brasil evoluiu ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais, políticas e econômicas do país. Três modelos de gestão pública têm sido particularmente relevantes na história da administração pública brasileira: Patrimonialista, Burocrático e Gerencial. Cada um desses modelos possui características distintas que influenciaram diretamente a organização e a eficiência do Estado.

O estudo desses modelos permite entender as transformações da gestão pública no Brasil e suas implicações para o desenvolvimento e a prestação de serviços à sociedade. O Brasil vivenciou diferentes modelos de administração pública ao longo de sua história. Desde o período colonial, foi introduzido no país o modelo patrimonialista, que prevaleceu durante todo o império e perdurou na maior parte dos governos subsequentes, até assumir características diversas e se reinventar no período pós-democratização.

O patrimonialismo, prática comum nos governos absolutistas, é caracterizado pela fusão entre as esferas pública e privada nas ações do Estado ou de seu representante. Durante esse período, os monarcas, como chefes de Estado, utilizavam os recursos arrecadados pelo governo de maneira que os interesses públicos e privados se misturavam, muitas vezes de forma explícita (Santana, 2021).

A implementação do modelo burocrático foi defendida como uma resposta à incompatibilidade do modelo patrimonialista com os princípios do

Estado moderno e o capitalismo industrial emergente. No patrimonialismo, havia uma fusão entre as esferas pública e privada, com os recursos públicos sendo tratados como propriedade pessoal dos governantes e autoridades locais, o que levava à prevalência dos interesses privados sobre os públicos e ao surgimento de práticas como nepotismo, corrupção e abuso de poder (Perez; Forgiarini, 2016).

No modelo burocrático, a administração pública se distancia dos interesses pessoais e privados, priorizando a impessoalidade, a objetividade e a estabilidade no serviço público. A ideia central é que a administração deve ser conduzida por profissionais especializados e a escolha de servidores deve ser baseada em critérios meritocráticos, como concursos públicos, ao invés de relações pessoais ou favorecimentos.

Ao contrário da rigidez burocrática, o modelo gerencial enfatiza a flexibilidade e a descentralização do poder, permitindo maior autonomia para as unidades administrativas, como as secretarias e órgãos públicos. O objetivo principal é tornar o Estado mais ágil, capaz de tomar decisões rápidas e eficazes para atender aos interesses da sociedade. Para isso, o modelo gerencial também prioriza a avaliação de desempenho e a prestação de contas, buscando sempre a otimização de recursos e a melhoria contínua dos processos.

2. MODELO PATRIMONIALISTA

Na teoria política de Max Weber (2015), o conceito de "patrimonialismo" se insere no âmbito da dominação tradicional, um dos três tipos de dominação legítima que ele propõe. Para Weber (2015), a dominação é entendida como o exercício do poder por parte de uma autoridade que, por meio de suas ordens, assegura a obediência dos súditos. A legitimidade das ordens emanadas por essa autoridade está diretamente vinculada ao tipo de sistema de dominação que prevalece nas relações sociais. Dentro dessa classificação, o patrimonialismo é um tipo específico de dominação tradicional, caracterizado pela fusão entre o poder político e os interesses privados, em que o governante exerce o controle do Estado como se este fosse uma propriedade pessoal. Nesse modelo, o poder é exercido de maneira

patrimonialista, ou seja, os recursos públicos são usados para benefício privado do governante e de sua rede de aliados (Silveira, 2006).

A partir da concepção de Estado patrimonialista, Faoro (2001) argumenta que a propriedade individual será fornecida pelo Estado, o que, segundo ele, distingue o Brasil do sistema feudal. No feudalismo, as relações entre o soberano (a coroa) e a nobreza, assim como entre a administração direta do Estado e os súditos (o povo), eram intermediadas por um sistema de vassalagem. Em contraste, no Brasil, observa-se a presença de funcionários estatais, que, munidos de aspirações e desejos próprios, atuam na organização e intermediação das ações do Estado, sem a estrutura típica do feudalismo.

Ao desenvolver suas análises, Faoro (2001) aponta para um capitalismo politicamente orientado, baseado na concepção weberiana. Ele destaca que não há centralidade ou igualdade na condução da economia e da política, resultando em um controle político sobre a economia. As formas de administração mantêm uma organização e um desenvolvimento pré-capitalista, embora permitam a emergência do capitalismo moderno. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil está atrelado a um contexto em que as fronteiras entre o público e o privado são borradas, impedindo a garantia de lisura e impessoalidade nas práticas governamentais. (Santana, 2018).

3. MODELO BUROCRATICO

O sistema burocrático surgiu na década de 1940 com a finalidade de unir os meios aos objetivos e racionalizar as organizações. Havia uma necessidade de criar um modelo que englobasse todas as ações dentro da organização, desde as atividades de seus membros até a organização dos papéis administrativos. Esse modelo visava aumentar a eficiência e a previsibilidade nas atividades organizacionais, proporcionando uma estrutura clara e objetiva para o funcionamento interno das instituições (Pereira, 2011).

A implementação do modelo burocrático ocorreu, devido à incompatibilidade do modo de administração patrimonial com os conceitos modernos de concentração de autoridade, típicos do Estado moderno e do capitalismo industrial emergente. O surgimento da administração burocrática, caracterizada pela centralização do poder decisório, a definição clara da hierarquia e da subordinação vertical, a adoção de rotinas rígidas de trabalho, a

criação de órgãos especializados para atividades específicas, o controle rigoroso de procedimentos e a imposição da impessoalidade nas ações dos agentes públicos, representou um avanço em termos de racionalidade e, conseqüentemente, de eficiência na gestão do bem público (Forgiarini; Perez, 2016). Embora a adoção do modelo burocrático tenha contribuído para a organização e o crescimento do Estado brasileiro, também gerou desafios, como a rigidez nas estruturas organizacionais e a dificuldade de adaptação a mudanças rápidas. Durante o período do Estado Novo (1937-1945) e as décadas seguintes, a burocracia se consolidou como modelo de administração pública. No entanto, a partir da década de 1990, surgiram críticas à burocracia pela sua lentidão e falta de flexibilidade, o que levou à adoção de reformas administrativas com foco na descentralização e na busca por uma gestão pública mais ágil e eficiente.

[...] O modelo burocrático de organização surgiu como uma reação contra a crueldade, o nepotismo e os julgamentos tendenciosos parcialistas, típicos das práticas administrativas desumanas e injustas do início da Revolução Industrial. Basicamente, a burocracia foi uma invenção social aperfeiçoada no decorrer da Revolução Industrial, embora tenha suas raízes na Antiguidade histórica, com a finalidade de organizar detalhadamente e de dirigir rigidamente as atividades das empresas com a maior eficiência possível. (Chiavenato, 2003, p. 254).

O modelo burocrático foi uma tentativa de criar um sistema mais impessoal e estruturado, baseado em regras e hierarquia, visando maior equidade e eficiência nas ações organizacionais. Esse sistema foi crucial para lidar com as complexidades sociais e econômicas crescentes da época. No entanto, apesar de representar um avanço em relação às práticas personalistas do passado, a burocracia também foi alvo de críticas por sua rigidez e falta de flexibilidade. Essas características geraram desafios na sua implementação em um mundo que demanda adaptação e inovação, o que levou ao surgimento de modelos de gestão mais dinâmicos e flexíveis nas últimas décadas.

4. MODELO GERENCIAL

O modelo gerencial de administração pública surgiu como uma alternativa ao modelo burocrático, buscando maior eficiência, flexibilidade e resultados práticos na gestão do Estado. Ele se consolidou principalmente a

partir da década de 1980, em resposta à rigidez e à ineficiência do sistema burocrático, que se mostrou incapaz de atender às novas demandas de uma sociedade mais dinâmica e globalizada.

As principais características teóricas do modelo gerencial seguem uma lógica simples: identificar as melhores práticas do setor privado e aplicá-las no setor público, com o objetivo de reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Para isso, era necessário abandonar o controle centrado nos processos e passar a focar no controle dos resultados, sempre visando atender aos interesses dos clientes, consumidores e cidadãos (Arruda; Costa, 2022).

O modelo gerencial reconhece que a eficiência do serviço público deve ser mensurada pelos resultados alcançados, e não apenas pela observância de regras e procedimentos estabelecidos. Ao abandonar o controle centrado nos processos, o modelo gerencial foca na busca por objetivos claros e na satisfação das necessidades dos cidadãos, considerando-os como "clientes" ou "consumidores" do serviço público. O foco no cidadão-consumidor visou redirecionar a atenção dos prestadores de serviços públicos para as necessidades dos beneficiários, colocando-as à frente dos interesses da própria burocracia (Ferreira, 1989). Esse enfoque visa maior flexibilidade, descentralização e agilidade na gestão, além de uma maior responsabilidade e prestação de contas.

No Brasil, houve uma mudança significativa de perspectiva no campo da administração pública, especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Embora a reforma da administração pública não estivesse inicialmente em sua agenda durante a campanha eleitoral de 1994, uma vez eleito, o Presidente decidiu realizar mudanças estruturais essenciais no serviço público. A primeira grande medida foi a transformação da Secretaria da Administração Federal, que geria os serviços públicos, em um novo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Ao incluir a expressão "Reforma do Estado" no nome do novo ministério, o presidente não apenas ampliou as atribuições de um ministério, mas também sinalizou a necessidade de uma reforma mais profunda e abrangente, que visava reconstruir e modernizar o Estado brasileiro para que ele pudesse enfrentar os desafios do século XXI. (Bresser-Pereira, 1996). Ao adotar a reforma como uma prioridade,

o governo de Cardoso procurou dar uma resposta às pressões por maior eficiência, transparência e responsabilidade no uso dos recursos públicos, características fundamentais do modelo gerencial. Assim, a reforma administrativa não foi apenas uma reestruturação ministerial, mas um sinal de que o Brasil estava em um processo de modernização do Estado, buscando formas mais eficazes de atender às necessidades da sociedade.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa para realizar a comparação dos três modelos de administração pública no Brasil: Patrimonialista, Burocrático e Gerencial. A pesquisa será conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar as características, influências e impactos de cada modelo na administração pública brasileira. A revisão bibliográfica incluirá fontes acadêmicas, livros e artigos relevantes que abordam a evolução e aplicação desses modelos no Brasil.

Para organizar e apresentar os dados de forma clara, será elaborado um quadro comparativo, que sintetizará as principais características, vantagens, desvantagens e efeitos de cada modelo na gestão pública e na relação com a sociedade. O quadro proporcionará uma visão estruturada das diferenças e semelhanças entre os modelos, facilitando a análise crítica dos impactos de cada um ao longo do tempo.

A análise qualitativa será a principal abordagem para examinar os dados, permitindo uma compreensão mais profunda dos paradigmas administrativos e das transformações na administração pública brasileira. A partir dessa análise, será possível identificar como os modelos influenciaram as práticas de gestão pública e as relações entre o Estado e a sociedade. Segundo Minayo (2010), a análise qualitativa proporciona uma visão detalhada dos fenômenos estudados, permitindo que o pesquisador compreenda a dinâmica de mudanças e permanências nos modelos de administração pública.

A combinação dessas abordagens metodológicas possibilitará uma análise abrangente e crítica dos modelos de administração pública no Brasil, contribuindo para um melhor entendimento das transformações no campo da gestão pública e suas implicações sociais.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para compreender as transformações na administração pública brasileira, é essencial analisar os diferentes modelos de gestão que marcaram a história do país. Desde o período colonial até os tempos contemporâneos, a forma como o Estado se organiza e interage com a sociedade evoluiu de maneira significativa, refletindo mudanças políticas, sociais e econômicas. Cada modelo – o patrimonialista, o burocrático e o gerencial – trouxe consigo características, práticas e implicações distintas para a eficiência da gestão pública, e é justamente essa diversidade que torna importante a comparação entre eles.

A comparação entre esses três modelos é fundamental para entender como a administração pública brasileira se adaptou e buscou superar os desafios de cada época. O quadro a seguir sintetiza as principais características, vantagens e desvantagens de cada modelo, proporcionando uma visão clara das diferenças e transformações ao longo do tempo.

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO DOS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO

CARACTERÍSTICAS	MODELO PATRIMONIALISTA	MODELO BUROCRÁTICO	MODELO GERENCIAL
Contexto Histórico	Predominante no período colonial e no Império.	Emergente com a modernização e industrialização no século XX.	Surgiu com as reformas administrativas nas últimas décadas.
Conceito de Administração	Administração como extensão do poder pessoal do governante.	Administração impessoal, objetiva e hierárquica.	Administração focada em resultados e eficiência.
Relação Estado-Sociedade	Estado como propriedade pessoal do governante.	Estado é impessoal e focado na gestão eficiente dos serviços.	Estado se aproxima do conceito de mercado, com foco no cliente.

Práticas e Procedimentos	Práticas clientelistas, nepotismo e favorecimento.	Rigor no cumprimento de regras, impessoalidade e hierarquia.	Flexibilidade, descentralização e foco nos resultados.
Eficiência e Resultados	Ineficiente devido à mistura entre o público e o privado.	Alta eficiência em termos de procedimentos formais, mas pouca flexibilidade.	Foco na melhoria da qualidade e redução de custos, maior foco em resultados.
Exemplo de Implementação	Gestão dos bens públicos como bens privados dos governantes.	Criação de carreiras funcionais e concursos públicos.	Adoção de práticas empresariais, avaliação de desempenho.
Vantagens	Estabilidade política e controle centralizado.	Rigor, impessoalidade e estabilidade no serviço público.	Maior eficiência, foco no cidadão e agilidade na gestão.

Fonte: Autoria própria

O quadro comparativo dos três modelos de administração pública no Brasil — patrimonialista, burocrático e gerencial — reflete as distintas abordagens e práticas de gestão que marcaram a evolução do Estado brasileiro. Ao analisar os dados presentes no quadro, podemos perceber como as mudanças no paradigma administrativo impactaram a eficiência do serviço público, as relações com a sociedade e as transformações no funcionamento do Estado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimonialismo, como bem destaca Faoro (2001), esteve presente principalmente durante o período colonial e imperial no Brasil. Ele era caracterizado pela fusão dos interesses públicos e privados, em que os recursos do Estado eram frequentemente utilizados para fins pessoais dos

governantes, como se o Estado fosse uma extensão da propriedade privada dos chefes do poder. Segundo Perez e Forgiarini (2016), o patrimonialismo gerava um ambiente favorável ao nepotismo, à corrupção e ao abuso de poder, com um controle social limitado e sem a impessoalidade necessária para uma administração eficiente. Nesse modelo, a administração pública não era encarada como uma responsabilidade social, mas como uma ferramenta a serviço de interesses privados.

O modelo burocrático surge como uma resposta ao caos e à ineficiência do patrimonialismo, refletindo um esforço para tornar a gestão pública mais racional e organizada. Max Weber (2015), teórico fundamental para a compreensão desse modelo, enfatizou que a burocracia se caracterizaria pela impessoalidade, estabilidade, hierarquia e formalização dos processos administrativos. Segundo Chiavenato (2003), esse modelo permitiu maior controle, transparência e previsibilidade na administração pública, mas também resultou em um sistema rígido e distante das necessidades imediatas da sociedade. Esse excesso de formalismo e regulamentação acabou limitando a flexibilidade da administração, e os servidores públicos passaram a ser vistos apenas como peças de uma grande máquina estatal, com pouca autonomia para inovar ou responder rapidamente às demandas da população.

O modelo gerencial, por sua vez, representa uma tentativa de superar as limitações da burocracia ao introduzir práticas mais flexíveis e voltadas para resultados. Inspirado na gestão privada, o modelo gerencial busca aplicar as melhores práticas do setor empresarial no setor público, como a redução de custos e a melhoria da qualidade dos serviços. Segundo Arruda e Costa (2022), esse modelo prioriza a descentralização, a autonomia das unidades administrativas e a avaliação contínua de desempenho, com foco na satisfação do "cliente" – no caso, os cidadãos. Essa mudança de perspectiva, que coloca o cidadão no centro da administração pública, é uma tentativa de aproximar a gestão pública das necessidades sociais, buscando uma administração mais ágil, eficiente e orientada para resultados concretos. No entanto, como alerta Ferreira (1989), essa ênfase na busca por resultados pode, por vezes, resultar em uma gestão excessivamente voltada para o cumprimento de metas, em detrimento de aspectos qualitativos mais amplos, como a equidade e a justiça social.

A análise comparativa dos três modelos evidencia a constante busca por uma administração pública mais eficiente, mas também mostra os desafios que surgem com cada modelo. O patrimonialismo gerou ineficiência e corrupção, a burocracia trouxe organização, mas com rigidez, e o modelo gerencial busca flexibilidade e eficiência, embora nem sempre consiga equilibrar esses objetivos com as necessidades sociais. Os dados do quadro, quando analisados à luz dos autores da literatura, mostram que a administração pública no Brasil tem evoluído, mas ainda enfrenta desafios para atender de maneira eficaz às expectativas dos cidadãos. O sucesso de cada modelo depende da capacidade de adaptar suas características ao contexto social e político vigente, equilibrando eficiência com justiça e equidade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gabrielle Aguirre de; COSTA, Ana Carolina Farias Almeida da. A administração pública gerencial: análise da experiência das serventias extrajudiciais no Brasil. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, v. 8, n. 1, 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Brasília: MARE/ENAP, 1996. 28 f. (Texto para discussão, 9).

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 634 p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 2001. 913 p.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. São Paulo: Cortez, 1989. 35 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992. 269 p.

PEREIRA, Geórgia Martins. **Modelo burocrático e corrupção na previdência social: um comparativo entre o modelo administrativo da previdência social e a teoria burocrática de Werner**. 56f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Especialização em Gestão e Administração Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande – Sousa - Paraíba - Brasil, 2011.

PEREZ, Reginaldo Teixeira; FORGIARINI, Giorgio. A administração pública no Brasil moderno: os modelos burocrático e gerencial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 283–304, 2016.

SANTANA, Leandro Fernandes de. **O patrimonialismo no Brasil e suas influências na formação do estado brasileiro**. 2021. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SANTANA, Lucas Barbosa de. O patrimonialismo na consolidação do Estado nacional brasileiro: os fundamentos da modernização à luz dos conceitos de Raymundo Faoro. **Revista Sem Aspas**, v. 7, p. 135–144, 2018.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. **Revista do CONPEDI**, v. 1, p. 203–223, 2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.